
EMBARGOS DE TERCEIRO — IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA - ART. 261/CPC - AÇÃO DE COBRANÇA - ART. 259/CPC, INCISO I**EMENTA**

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ... VARA CÍVEL DA COMARCA DE ... ESTADO DO ... e ... já qualificados, nos autos supra, às fls. ..., vêm, mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com espeque no art. 261, do Código de Processo Civil, apresentar: **IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA** Dados aos Embargos de Terceiro n.º ... opostos por ..., também já qualificado às fls. ..., em tramite nesta r. Vara, expondo para ao final requerer: 1. **PRELIMINARMENTE 1.1. DA CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA** 1. Os requerentes, desde o falecimento de seu pai, o saudoso Dr. ..., encontram-se necessitados, e sem condições econômicas que lhes permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do seu próprio sustento ou de sua família. 2. A propósito, é a norma do art. 2º. e 4º. da Lei 1.060/50, que assim estabelecem: "Art. 2º. Gozarão dos benefícios desta lei os nacionais ou estrangeiros residentes no país, que necessitarem recorrer à Justiça penal, Civil, militar ou do trabalho. Parágrafo único. Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processos e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família." "Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família." 3. Diante disso, requer seja aplicada os benefícios da justiça gratuita aos requerentes, pelos mesmos encontrarem-se necessitados e sem condições econômicas que lhes permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, o que se requer e se espera, nos termos da lei. 2. **DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA / DO LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO** 1. Consoante se infere da proemi nal de fls. ..., os embargos de terceiro foram opostos em face de ... e em face de 2. Havendo assim litisconsórcio necessário, com espeque no art. 47, par. único, do Código de Processo Civil, sequer ocorreu ainda a citação da 3. Assim, a presente impugnação ao valor da causa é tempestiva. 3. **DO MÉRITO** 1. O requerido moveu ação de embargos de terceiro, e atribuiu o valor da causa a astronômica quantia de R\$... (... ..), às fls. 2. O valor da causa deve ser, segundo art. 259, inciso I, do Código de Processo Civil, o valor na ação de cobrança de dívida, a soma do principal, da pena e dos juros vencidos até a propositura da ação. 3. Ora, no caso em exame, o valor supostamente pago pelo embargante/requerido no imóvel foi de R\$... (... ..). A avaliação dos ...% (... por cento) do imóvel é de R\$..., e a totalidade desse é de R\$ 4. Diante disso, o valor da causa, embora os requerentes tenham requerido os benefícios da justiça gratuita, bastando declarar o seu estado de penúria, consoante farta legislação e jurisprudência do C. STJ, devendo o pedido da gratuidade, por tratar-se de princípio constitucional, no entanto, impugnam o valor da causa, que deve ser fixado pelo MM. Magistrado em R\$..., ou R\$... e sucessivamente em R\$..., nos termos da fundamentação supra. 4. **DO PEDIDO "Ex-positis"**, e por tudo o mais que será suprido pelo notório saber jurídico de Vossa Excelência, **REQUER-SE:** a) seja acolhido e deferido o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita, tendo em vista de que os requerentes encontram-se atualmente necessitados, e sem condições econômicas que lhes permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do seu próprio sustento ou de sua família, nos termos dos arts. 2º. e 4º., ambos da Lei 1060/50, nos termos da fundamentação supra, por ser medida de direito e da mais consentânea **JUSTIÇA!** b) seja reconhecida a tempestividade da presente **IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA**, ante a ocorrência

de litisconsórcio necessário, tal qual declinado nos embargos de terceiros, em sua exordial, às fls. ..., e em decorrência da norma expressa no art. 47, par. único, do Código de Processo Civil, sendo a presente IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA, tempestiva, portanto. c) no mérito, seja dado o valor da causa, o valor da demanda, qual seja, o valor de R\$... ou R\$..., e sucessivamente o valor de R\$..., ou o valor que vier a ser apurado em liquidação, nos termos da fundamentação supra, com espeque no art. 259, inciso I, do Código de Processo Civil. Dá-se à causa o